

Memória apagada: Azevedo e a formação do professor

Olinda Evangelista*

Resumo:

Fernando de Azevedo criou e dirigiu a primeira escola de preparo superior do mestre, no Brasil, em 1933, o Instituto de Educação. Em 1938 foi incorporado à Universidade de São Paulo, institucionalizando-se a formação docente na universidade. Entretanto, a memória legada pelo Diretor do IEUSP elide questões importantes sobre essa experiência. O material histórico que compõe o corpus documental dessa pesquisa indica que Azevedo, ao registrar suas memórias e ao redigir sua obra, apagou da História da Educação dados importantes sobre a formação em nível superior do professor. O intento desse artigo é precisamente expor o modo pelo qual o autor promoveu esse apagamento.

Palavras chave:

Fernando de Azevedo; Instituto de Educação; História da Educação

Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Doutora em História e Filosofia da Educação.

Introdução

O presente texto discute a construção da memória azevediana relativamente à formação do professor primário e secundário no Brasil. Fernando de Azevedo criou a primeira escola paulista de preparo do mestre em nível superior, em 1933, o Instituto de Educação. Em 1934, essa escola foi incorporada à USP, institucionalizando-se, pois, pioneiramente a formação docente universitária, demanda debatida desde os anos 20. Entretanto, a memória construída pelo Diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo - IEUSP elide questões importantes sobre essa experiência. O material histórico que compõe o *corpus* documental da pesquisa desenvolvida indica que Azevedo, ao registrar suas memórias e ao redigir sua obra, apagou da História da Educação dados importantes sobre a formação universitarizada do professor. O intento desse artigo é, percorrida sua produção acadêmica, expor o modo pelo qual o autor promoveu esse apagamento.

O princípio do relato azevediano

A história da formação docente no Brasil, em seus primórdios, traduz-se em lances, às vezes, pouco compreensíveis. Não só porque os materiais históricos nem sempre estão em condições de consulta ou desaparecidos mas também porque seus memorialistas ou seus produtores, por razões obscuras, não permitiram que esses materiais viessem à luz. No caso do IEUSP as indicações acima fazem sentido. Ao encerrar-se essa experiência pioneira em 1938 – fruto da ação política do Interventor Federal Ademar de Barros aliada à da Igreja Católica –, o IEUSP parece ter desaparecido do mapa da história do professor. Indubitavelmente este fenômeno teve a colaboração de Azevedo que a marcou com uma afirmação peremptória:

Destes cinco anos de trabalho ininterrupto que ficou, que me reservaram? Da obra, nada ficou: foi tudo integralmente destruído. Não ficou pedra sobre pedra. É como se tivesse passado um furacão. Tomaram-nos de assalto os edifícios e as instalações, que pertencem ao Instituto e à Universidade, secretaria, biblioteca, laboratórios, contínuos e entregaram a uma instituição igual às outras escolas normais e estranha e inincorporável a um sistema universitário (AZEVEDO apud PENNA, 1987, p. 122).

De algum modo essa afirmação colaborou para que os documentos do IEUSP hibernassem durante quase sessenta anos em salas escuras, úmidas e empoeiradas sem serem encontrados. Do excerto citado pode-se depreender que, com o encerramento do IEUSP, a documentação que expressa sua vida tenha permanecido na Escola Normal Modelo, instituição que o sucedeu nos cursos relativos à formação do professor primário. Os cursos de Formação Pedagógica do Professor Secundário e de Administradores Escolares foram incorporados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FFCL, da qual o IEUSP tornou-se a Seção de Educação a partir de meados de 1938. Nesse processo tais cursos desapareceram dando lugar aos de Pedagogia e Didática. O fato de não haver encontrado, nas atuais FFCL e Faculdade de Educação, bem como no Instituto de Estudos Avançados da USP, documentação produzida pelo IEUSP conduziu-me à conclusão de que poderia estar em outra parte.

Se a documentação emanada do IEUSP ficou, segundo Azevedo, na Escola Normal Modelo, não seria improvável que lá tivesse permanecido, no prédio da hoje Secretaria de Estado da Educação, na Praça da República, até o momento em que se tornou Instituto Estadual de Educação “Caetano de Campos”. Ao que tudo indica tal material histórico saiu dali para ir parar na sua sucessora, Escola Estadual “Caetano de Campos”, no Bairro da Aclimação em São Paulo, capital. Esse é o percurso provável de centenas de documentos – livros, fotos, álbuns de retratos, diplomas, figuras, laboratório, cinematógrafo, slides, livros de registros de todos os tipos, revistas, cadernos - que propiciariam um conhecimento mais acabado sobre essa experiência. Entretanto, eles ficaram por décadas sem serem descobertos tanto em sua materialidade quanto em sua importância histórica.

A superação dos obstáculos interpostos por Azevedo deveu-se a uma conjunção de fatores entre os quais a firme convicção da pesquisadora de que uma experiência daquele naipe não poderia ter simplesmente desaparecido. A barreira construída, em grande parte, por Azevedo, está em sua obra na qual o leitor não encontra referências suficientemente elucidativas seja das razões de seu encerramento seja de sua rotina. O que se encontra são sinais, pistas, fragmentos que, juntados entre si e cotejados com outros documentos, oferecem uma possibilidade limitada de compreensão desse processo. Conquanto tenha encontrado essa documentação e com ela trabalhado,¹ nesse artigo exploro os escritos deixados pelo autor, organizando-os em duas partes: “O período

fértil” e “A narrativa”. Interessou-me, aqui, evidenciar como, na memória azevediana, ocorreu o apagamento de parte importante da história do IEUSP, logo da própria trajetória dessa formação no Brasil.

O período fértil

Em 1937, na obra *A educação na encruzilhada*, Azevedo faz um balanço de seu percurso educativo: começou em 1916 como professor de Literatura e Língua Latina na Escola Normal de São Paulo e estudioso da Educação Física; em 1926, coordenou o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo; em 1927, Antônio Prado Júnior o nomeou Diretor Geral da Instrução Pública, no governo de Washington Luís, no Distrito Federal; em 1932, redigiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e participou da elaboração de um anteprojeto de Plano Nacional de Educação; em 1933, foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública em São Paulo e publicou o Código de Educação; entre 1933 e 1934, participou da organização do plano da Universidade de São Paulo; encerrou seu périplo educacional com a publicação de *A educação e seus problemas*, em 1937. Entre 1926 e 1937 não havia “senão as diferenças que separam duas fases, já um pouco distantes, da evolução do mesmo espírito aplicado ao estudo contínuo de um ramo de conhecimentos ou de determinada categoria de fatos” (AZEVEDO, [1937], 1957, p. 26). Afirma que

Nesse inquérito já se encontram, nitidamente definidas, as grandes diretrizes que orientaram daí por diante meu espírito, quer no exame dos problemas e de suas soluções, quer nas reformas de que tive a iniciativa e a responsabilidade, no Rio e em São Paulo. Nenhuma dessas obras rompeu, como um cogumelo, sem raízes, aberto no monturo de decadências. Elas desabrocharam, frescas e vivas, de um sistema de idéias que constituíram uma política de educação, coerente e orgânica, e cujas raízes se embebem no humo fértil daqueles estudos e daqueles debates. Se se quiser remontar à fonte de que desceu a torrente, engrossada, no seu curso, pelo afluxo das maiores forças espirituais da nova geração de educadores, brotadas em meios diversos mas impelidas na mesma direção, não será preciso recuar mais de 10 anos para termos as origens de um movimento cujo alcance não se podia

prever e cuja intensidade, mercê de circunstâncias especiais, de vária natureza, foi suficiente para criar uma “consciência educacional”, e para inaugurar uma nova política de educação no Brasil (AZEVEDO, [1937]1957, p. 26-7).

Na “data de nascimento” de seus interesses propriamente educacionais, a temática da formação do professor não está claramente formulada em termos de concepção e em termos institucionais, não obstante esteja indicada a universidade como local apropriado para tal e referida ao secundário:

Mas, essa questão do ensino secundário tem dois pontos de contato com o problema universitário, [...], de cuja solução depende a organização de um sistema de estudos secundários, verdadeiramente eficaz, dentro de sua finalidade. É, de fato, o ensino universitário que vem resolver a questão fundamental da formação do professorado secundário e superior, constituído hoje quase somente de autodidatas que devem a sua especialidade a esforços puramente individuais. Não pode haver praticamente sistema de ensino, público ou particular, se a lei não organizou o aparelho universitário, para formação uniforme do seu professorado (Ibid. p. 190).

Nas conclusões da terceira parte do Inquérito a idéia acima volta a ser afirmada:

Os que, em nosso inquérito, divergiram da idéia que lançamos de uma Universidade em São Paulo, acabaram por exigí-la implicitamente. Pois, apesar de julgarem prematura a criação das Universidades, reconhecem, quase todos, a necessidade de se tratar da formação do professorado secundário e superior.[...] Mas a chave de tal questão de ordem técnica, acha-se exatamente na organização dos institutos universitários (sem grifos no original) (Ibid. p. 270).

Embora a expressão “institutos universitários” contenha algum grau de dubiedade, a formação do professor foi atribuída à esfera universitária por sua suposta capacidade de desencadear um “surto generoso, e influir poderosamente na formação da cultura e do caráter nacional”.

Foram então lançadas as bases de sua pretensão: elevar ao nível universitário a formação do magistério secundário. Lendo-se com atenção as questões formuladas nas diferentes partes do Inquérito, pode-se chegar à conclusão que Azevedo separou as esferas superiores em que a formação do professorado público deveria ocorrer. Na primeira parte, que trata do ensino primário e normal, pergunta:

13º - Sendo questão vital para o ensino a formação de professores, não concorda em que, com o ensino normal, reorganizado em bases novas, devem entrar em colaboração, ao lado e acima dele, o curso periódico de conferências nas férias e uma escola normal superior? [...] 15º - Qual o melhor processo de seleção para o provimento de cadeiras, no ensino primário, no ensino normal secundário e no ensino normal superior? (AZEVEDO, [1937], 1957, p. 42).

A pretensão de elevar a formação do professor evidenciou-se no *Manifesto*, formulada de modo mais cabal porém não mais claro:

A preparação de professores [...] é tratada entre nós de maneira diferente, quando não é inteiramente descuidada, como se a função educacional, de todas as funções públicas a mais importante, fosse a única para cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional. Todos os professores, de todos os graus, cuja preparação geral se adquirirá nos estabelecimentos de ensino secundário, devem, no entanto, formar o seu espírito pedagógico, conjuntamente, nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais, elevadas ao nível superior e incorporadas às universidades (sem grifos no original) (AZEVEDO, [1932] 1958a, p. 77).

A pontuação utilizada pelo autor permite dupla percepção. De um lado os professores secundaristas seriam formados em faculdades e os primários em escolas normais elevadas ao nível superior e, posteriormente, incorporadas às universidades. De outro lado, permite pensar que ambos seriam formados em cursos universitários, fossem eles faculdades ou escolas normais superiores. O fundamental é que a idéia de formação de todos os professores na universidade estava passando por

um processo de decantação e sendo assumida por um número expressivo de intelectuais. Mesmo os católicos não se colocavam contra tal proposta, divergindo quanto ao seu conteúdo e apropriação do processo e locais de formação, isto é, do mercado pedagógico.

O *Esboço de um programa educacional extraído do Manifesto* incluiu na universidade um instituto dedicado “à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores” justamente porque o “problema da educação e da cultura é uma questão de vida ou morte. Progredir ou desaparecer” (AZEVEDO, [s.d.] 1958a, p. 89-95).

O seguinte passo foi dado, em 1933, com o *Código de Educação*, que previa a preparação superior do professor primário e secundário, mas apenas enquanto não existisse a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras numa universidade. Nesse sentido, realizou uma Escola Normal Superior - denominada Instituto de Educação. Azevedo afirmou que somente com o *Código de Educação*, fruto de sua lavra quando Diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, entre janeiro e julho de 1933, ocorreria a elevação da formação do professor ao nível superior. Sendo, pois, “foco de vida e de cultura”, a escola normal atingiria sua plenitude com a “radical transformação no sistema, para ajustá-lo às novas condições e exigências sociais, culturais e pedagógicas” que “inaugurou nova época na história do ensino normal” (AZEVEDO, [1937] 1953, p. 177).

Sua trajetória culminou com a institucionalização da formação universitária do professor no Instituto de Educação em 1934 que, segundo o Ministério da Educação e Saúde Pública, representava a consagração do *Manifesto dos Pioneiros* da escola nova, lançado em 1932.² Foi institucionalizada, então, a área educacional na primeira organização universitária oriunda da reordenação do Ensino Superior pelo Governo Getúlio Vargas - a *universidade da comunhão paulista*. Nela a formação do professor primário e de técnicos de ensino coube exclusivamente ao Instituto e a formação do professor secundário foi dividida com a FFCL.

O marco indicado por Azevedo como epílogo de sua inserção educacional, o livro *A educação e seus problemas*, publicado em 1937, resultou de conferências, discursos e outros escritos. Num dos discursos, pronunciado no encerramento dos cursos do Instituto, em janeiro de 1935, encontra-se parte da história do Instituto de Educação da USP. Nele o autor reafirma que a função do Instituto estava articulada à importância crescente que tinha a educação na sociedade brasileira, especialmente no que

se referia à transmissão da “civilização” e consolidação da cultura, o que gerara a implementação da formação do magistério de todos os graus na universidade. Mas ao Instituto também caberia ser “centro de cultura superior, de investigação e de pesquisas para o estudo científico e experimental da educação”. Além das funções relativas ao magistério, suas atribuições o tornavam um “centro de pesquisas educacionais e uma alta escola de formação, especialização e aperfeiçoamento do professor, em todos os graus de ensino” (AZEVEDO, 1937, p. 67-68, tomo I).

Em discurso proferido na formatura da primeira turma, no Brasil, de professores secundaristas, em 21 de abril de 1937, afirmou que “a mais preciosa das safras que recolhe a sociedade, para alimentar e desenvolver a sua vida espiritual, é a dos especialistas destinados a prover as necessidades mais urgentes do seu sistema de educação e cultura”. Os professores secundaristas tinham em mãos adolescentes e jovens a quem competia dar uma educação moral e intelectual, aproveitando-se da plasticidade de suas mentes para consolidarem sua influência quando fossem adultos. De outro lado, os alunos do secundário correspondiam à parte *mais capaz e dinâmica* saída da escola primária e pela qual se poderia “obter não só o arejamento e a elevação do padrão cultural das classes médias, como também a seleção dos mais aptos, para a renovação incessante das elites culturais, técnicas e políticas do país” (AZEVEDO, 1937, p.129-131, tomo II).

As mudanças no ensino secundário eram imperiosas, devendo necessariamente começar pela formação de seus professores, superando a tradição brasileira dos professores autodidatas formados pelas escolas de advocacia, medicina e engenharia. Assim, quando a USP foi fundada, atribuiu-se “ao Instituto de Educação a preparação técnica e profissional dos candidatos ao magistério secundário, licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. Dizia Azevedo (1937, p. 139, tomo II).

Se o professor deve ser, não apenas um especialista que avocou a seu cargo um ramo de ensino, mas um educador, no mais alto sentido do termo, um produtor e organizador de valores espirituais; como poderá ele exercer essas funções sem o conhecimento do meio em que vai desempenhá-las, da escola secundária, de sua organização e de seu papel, da estrutura e dos ideais da sociedade a que serve, dos fins gerais e especiais da educação e dos meios de realizá-los?

A formação pedagógica significava, para o autor, algo mais que um receituário ligado a uma pedagogia nascida com *óculos no nariz*. Era necessário o estudo dos fundamentos científicos das técnicas de ensino, as bases científicas da profissão, dando ao professor “a consciência profissional e esse espírito crítico, filosófico e científico a um tempo, que lhe permite manter o espírito sempre aberto às novidades que libertam da rotina, mas com um sentido esclarecido da medida e da tradição” (AZEVEDO, 1937, p. 140, tomo II).

Os excertos retirados do período que vai de 1926 a 1937 revelam um intelectual em plena atividade, com um alto grau de confiança em seus projetos e que os registra na frequência constante dos ganhos e vitórias. A partir daí, Azevedo muda o tom de sua narrativa histórica sobre sua obra, especificamente sobre o Instituto de Educação.

A narrativa

O encerramento do Instituto de Educação da USP foi um episódio pouco deglutido por Azevedo. Chama particular atenção em seus escritos, após 1938, o modo oscilante com que trata a instituição da qual foi o criador e único diretor e na qual passou cinco anos de sua vida acadêmica. Ora a denomina de Instituto de Educação, ora de Faculdade de Educação, ora a omite.

Seus primeiros registros envolvendo a temática são de 1941, ano em que foi convidado por J. Rodrigues Alves Sobrinho, Secretário da Educação e Saúde, para assumir a direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Seu texto traz sua posição no que tange à FFCL e ao Instituto. Diz Azevedo:

Da Faculdade a que tenho a honra de pertencer, arredaram-me de princípio, no ciclo inicial de sua pequena história, tanto o escrúpulo de tomar a um mestre estrangeiro na especialidade o lugar para o qual me acenara a generosa confiança de amigos, quanto o fato de estar então empenhado com todas as minhas forças na grande obra de organização de outro instituto universitário (grifo nosso). Mas o que não puderam vencer meus escrúpulos - o primeiro disfarce sob o destino se dissimulou -, pôde a campanha de incompreensão e de ódios, desencadeada contra

a florescente instituição que se demoliu, e sobretudo contra o homem que a dirigia desde a sua fundação (grifo nosso). O que restava do antigo instituto foi recolhido, para dela fazer parte integrante, à Faculdade de Filosofia... O ódio é cego; e, no mal que pretenderam fazer-nos, não conseguiram senão reservar-me, como a outros, um lugar entre vós, em correspondência talvez a uma antiga e secreta aspiração.

Dos professores que então se transferiram à Faculdade, um deles, com o qual se aumentou o número, mas não a autoridade do magistério da nova escola, e que sofria, antes de ela se constituir, o seu prestígio e a sua fascinação, devia ser dentro de pouco tempo o diretor deste instituto. Confesso que nunca me examinei bastante para apurar se entre as minhas aspirações mais recônditas, esteve algum dia a de tomar sobre os ombros a direção de nossa Faculdade. As nossas ambições, como os nossos defeitos, se se revestem freqüentemente de uma forma agressiva, dissimulam-se às vezes demais para que as possamos discernir com precisão. Se me era lícito, porém, o posto a que me elevou a confiança do honrado governo de S. Paulo, todos me conheceis bastante para terdes a certeza de que nem por palavras nem por um desses recursos sutis em que é tão fértil a vaidade humana, teria sido eu capaz de exprimir esse pensamento e, muito menos, de insinuar-me ainda que discretamente para tal cargo ou de disputá-lo a qualquer de vós, dignos todos, de exercê-lo... (AZEVEDO, [1941] 1947, p. 101-2).

Nessa passagem Azevedo denuncia o que foi feito ao Instituto, mas não consegue deixar de esconder o seu mais antigo desejo que os inimigos, querendo machucá-lo, acabaram por lhe dar de presente. Apesar de ter proposto a formação superior do professor e a despeito de tê-la realizado, seu interesse era ser o primeiro diretor da FFCL.

Mais tarde, em 1943, ao publicar *A cultura brasileira*, refere-se à criação, em 1933, do Instituto de Educação “para o aperfeiçoamento e especialização de professores primários, e formação de administradores, escolares técnicos e orientadores de ensino”, e ao relatar a fundação da USP refere-se à “Faculdade de Educação e a Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras”, esclarecendo que a de Educação havia sido extinta em 1938 e a de Filosofia havia estado à míngua por falta de recursos até 1940, coincidentemente o momento em que ele se tornou seu diretor (AZEVEDO, [1943]1963, p. 675-9).

Em seu relato duas idéias precisam ser realçadas. A primeira delas é a de que o Instituto de Educação não formava orientadores de ensino e sim inspetores e administradores escolares. A segunda, mais importante, é que o Instituto nunca se chamou Faculdade de Educação. No projeto da USP, aos Institutos era reservada a formação profissional e técnica. Assim ele foi pensado por Azevedo e assim foi constituído. A ciência desinteressada cabia à FFCL. O estranhável é que, na mesma obra, ele admita essa concepção e mude o nome da instituição:

Depois de uma preparação regular e sistemática na Faculdade de Filosofia, de São Paulo, que se mantinha ainda dentro de sua finalidade estritamente cultural e científica, e no Instituto de Educação, onde fizeram sua formação pedagógica, obtiveram, porém, em 1937, a licença do magistério os primeiros professores licenciados, no Brasil, para o ensino secundário (AZEVEDO, [1943]1963, p. 753).

Em 1954, Azevedo omitiu da história da criação da USP o Instituto, afirmando que Salles Oliveira congregou “as grandes escolas já existentes, algumas das quais de tradições ilustres, como a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina” e agregou uma nova, a de “Filosofia, Ciências e Letras, essencial às instituições universitárias” (AZEVEDO, [1954]1958e, p. 132).³ No entanto, mais à frente, pela primeira vez talvez, ele expressa seu ressentimento contra o encerramento do Instituto, conquanto o denomine faculdade:

A Universidade que apenas começava a organizar-se, foi uma das primeiras vítimas dessa conspiração sinistra de antipatias e oposições solidárias que esperavam o momento azado para entrarem em ação. Nada já podia contê-las na sua fúria demolidora. Deviam cair, uma após a outra, as duas Faculdades que, por mais recentes, não tinham, para apoiá-la na resistência, nem o prestígio das tradições, nem a autoridade de uma velha guarda de professores, nem a força numérica de estudantes organiza-

dos em associações, e a cuja destruição premeditada se haviam conjurado os poderes da rotina, da intriga e da corrupção, conluídos em torno e com a criminosa complacência do governo do Estado. Desencadeou-se, entre falsidades e violências, a campanha contra a Faculdade de Educação, contra a de Filosofia e contra as missões de professores estrangeiros que nos prestavam sua colaboração inestimável e sobre os quais se voltariam, em 1941, os interesses contrariados e as ambições insatisfeitas. Se essas duas últimas tentativas malograram, talvez mesmo devido à profunda e extensa reação produzida pela queda da primeira daquelas escolas, a aventura contra o Instituto foi coroada de pleno êxito: os Decretos de 22 e 25 de junho de 1938 extinguíram-no, da noite para o dia, imolando-o em homenagem à camarilha que assaltou o poder e explorava, em seu benefício, as graças do governo do Estado. O Conselho Universitário, que não fora ouvido sobre os dois decretos, “ilegais, injustos e odiosos”, não só aplaudiu o ato de violência que lhe usurpara as atribuições, como se apressou em tentar legitimá-lo, e, em vez de saltar em defesa da Universidade e de seus institutos contra o arbítrio do poder, pôs-se a serviço deste e se deixou condenar, como proscritos da Divina Comédia, a andar com os pés para frente e com o rosto voltado para trás... Recorreram os professores daquele instituto universitário ao Conselho Nacional contra a espantosa ilegalidade que tão rudemente o atingira, ferindo a própria Universidade de São Paulo. Mas apesar da decisão do Conselho Nacional que, por unanimidade de votos, deu provimento ao recurso, apoiado no luminoso parecer de Aníbal Freire (7 de outubro de 1938), consumaram-se a mutilação da Universidade, a depredação odiosa do Instituto e a afronta à lei e aos princípios fundamentais que já regiam a vida universitária em São Paulo (AZEVEDO, [1954] 1958e, p. 134-5).

Um pouco depois, em 1955, Azevedo produziu outra versão histórica sobre o IEUSP:

A criação de Faculdades de Educação passou, na hierarquia dos problemas, a segundo plano, não somente porque outros de maior vulto adquiriram notória proeminência, nas

condições atuais, como também porque assumiu outros aspectos o da própria formação de professores.[...] parte do que entraria na esfera de ação ou dentro das atribuições de uma Faculdade dessa ordem, já está sendo ou pode ser cumprida, desde que se lhe dê maior amplitude pela Seção de Educação em Faculdades de Filosofia e, particularmente, na da Universidade de São Paulo.

[...] em 1933, quando se criou uma Faculdade desse tipo (o antigo Instituto de Educação), não me pareceu não digo oportuno mas nem mesmo possível realizar o nosso projeto de elevar a nível superior a formação do professor primário.[...]

[...] mas já se pensou no pequeno número de escolas normais, então existentes, quando se criou aquela Faculdade (o antigo Instituto de Educação, um ano depois incorporado à Universidade de São Paulo em 1934), para cursos de aperfeiçoamento e especialização do professor primário, de formação de administradores escolares, orientadores e técnicos de ensino, e de preparação pedagógica do professor do ensino secundário? Terão porventura os que argüirem de incoerência, a lembrança de que, quando se fundou essa Faculdade, não havia ainda sido criada a de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, um de cujos objetivos é exatamente a formação do magistério secundário? Essa Faculdade (a de Educação), a que não competia a formação do professor primário que continuou a ser atribuição das Escolas Normais, fundou-se, como se vê, em circunstâncias muito diversas das atuais e fazia parte integrante de todo um sistema, organizado com unidade de concepção e de plano, e com que estava articulada, como uma de suas peças principais. Alguns dos objetivos da Faculdade que se extinguiu, passaram a ser procurados na Faculdade de Filosofia, da Universidade de São Paulo, a que se anexou, como aos demais institutos congêneres, a seção de educação (AZEVEDO, [1955]1958e, p. 160-1).

No ano de 1955, o autor relata a implantação da cadeira de Sociologia e coloca como sua iniciativa a fundação do Instituto de Educação

e neste, a cadeira de Sociologia Geral e Educacional, introduzida, em 1931, no curso de Aperfeiçoamento, instituído por M. B. Lourenço Filho, regida, desde o começo, por Fernando de Azevedo, por cuja iniciativa foram criadas, no Código de Educação (1933), cadeiras de Sociologia, especialmente de educação, nos cursos de formação profissional de professores, em todas as Escolas Normais de Estado de São Paulo (AZEVEDO, [1955] 1958e, p. 355).

Na verdade, Lourenço Filho criou a Seção de Sociologia que depois Azevedo transformou na Cadeira de Sociologia Educacional, assim permanecendo até o ano de 1938. Interessante notar que na história que faz da disciplina de Sociologia, o Instituto praticamente não aparece. Ele cita, por exemplo, Emílio Willens, mas referido à FFCL e não como Assistente de Sociologia Educacional no Instituto.

Em 1957 Azevedo, no prefácio da segunda edição de seu livro *A educação na encruzilhada*, omite a existência do Instituto de Educação da USP como unidade fundamental para a formação pedagógica do professor secundarista:

Dessas falhas, algumas, como a de Universidades, felizmente se sanaram a partir de 1934, com a fundação, em S. Paulo e em outras capitais, de instituições dessa natureza. Pôs-se por certo em via de solução, com a criação de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, o problema de formação do magistério secundário (AZEVEDO, 1957, p. 22).

Se neste trecho da história o Instituto foi elidido, em 1958 ele volta a aparecer sob a denominação Instituto de Educação. Seguindo a rota das oscilações históricas, em 1960 Azevedo volta a falar em Faculdade, agora sucessora do Curso de Aperfeiçoamento, de Lourenço Filho, cuja realização incluiu entre as reformas da Revolução de 30, e que “mais tarde, em 1933, Fernando de Azevedo devia transformar, completando-o e ampliando-o, na Faculdade de Educação”, procedendo a

uma reforma radical - a mais profunda e extensa empreendida nesse Estado e corporificada no Código de Educação (21 de abril de 1933). Por essa reforma que abrangiu o sistema da

base à cúpula, a velha estrutura tradicional das Escolas Normais foi substituída por uma organização moderna em que à base do novo curso de formação profissional do professor se lançou o secundário fundamental, como primeira etapa do plano adotado para elevar a preparação do professor primário a nível universitário. Ao mesmo surto inspirador, essencialmente realista, obedeceram duas outras iniciativas de suma importância: a criação, em 1934, no governo Armando de Sales Oliveira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a fundação da Universidade de São Paulo (AZEVEDO, 1958a, p.91-2).

Agregue-se o fato de que Azevedo, ao propor o *Código de Educação*, colocou explicitamente como norma a formação do professor secundário no Instituto de Educação até que se criasse a referida Faculdade. Havia, pois, ao que tudo indica, um movimento sendo realizado - de espera - e o local dessa espera pode ter sido o Instituto de Educação. Chamado para a Direção Geral da Instrução Pública paulista, Azevedo foi estabelecendo algumas condições para que, no futuro, a formação universitária do professor pudesse ser assumida pela Faculdade de Ciências e Letras, ou equivalente. Justamente foi o que realizou por meio do *Código*, conduzindo a formação do professor primário e secundário para o nível superior, mas no caso do segundo indicando sua existência até que a Faculdade viesse a ser criada. Não é demais levantar o fato de que, na França, tanto a Escola Normal Superior quanto a Faculdade de Ciências e a de Letras possuíam as mesmas funções. Isto é, na Escola Normal Superior não se ensinava apenas as “ciências da educação”. A formação do professor era atribuição de ambas. Para poder verificar-se exatamente as diferenças seria necessário ter-se acesso aos planos de estudos. Provisoriamente, pelo menos uma diferença pode ser afirmada: na Escola Normal Superior francesa havia um curso específico para a formação em Ciências da Educação.

Tendo-se realizado sua reforma em 1933, em 1934 foi criada a FFCL. Pode-se levantar a hipótese de que houvesse por parte de Azevedo o desejo de transformar a Escola de Professores do IE em FFCL, permanecendo aquele como escola ligada à rede estadual de ensino ou anexa à FFCL. Porém, coerentemente com seu entendimento educacional, a Escola de Professores, incorporada como unidade universitária,

denominada Instituto de Educação, manteve seu objetivo de profissionalização do magistério. Simultaneamente foi criada a FFCL, voltada à pesquisa desinteressada e à extensão universitária, não obstante colaborasse na formação específica do professor.

O decreto de criação da USP é bastante claro: o IEUSP deveria formar pedagogicamente professores, não lhe sendo imputadas tarefas de pesquisa; já a FFCL tinha esse horizonte como central, podendo inclusive conceder o título de Doutor para pesquisadores e estudiosos da “alta cultura”. Esta diferenciação tornou-se mais importante quando somada ao fato de que Azevedo foi relator do plano da Universidade de São Paulo, além de um dos principais formuladores do projeto universitário em São Paulo, ao lado de Mesquita Filho. Tornou-se ininteligível, pois, que, possuindo grande grau de influência sobre a organização da Universidade e sendo, segundo Cardoso, o grande formulador da idéia da FFCL, Azevedo acabasse Diretor do IEUSP e não da FFCL, cuja direção coube a Teodoro Ramos.

Em carta a Venâncio Filho, em maio de 1935, Azevedo admite que trabalhou para que o Instituto fosse incorporado à USP: “Em menos de dois anos trabalhei incessantemente para integrá-lo no sistema universitário, de que passou a fazer parte em janeiro de 1934” (AZEVEDO apud PENNA, 1987, p. 113-4).

O IEUSP sofria com a falta de recursos e a dificuldade de preenchimento de suas Cadeiras enquanto a FFCL pôde contratar uma missão estrangeira para assegurar a alta qualidade do ensino e da pesquisa na instituição, gerando, em contrapartida, um tratamento distintivo às outras unidades. Azevedo buscou transformar o IEUSP em uma unidade que pudesse estar no mesmo plano da FFCL. Envidou esforços no sentido de mudar sua denominação para Faculdade de Educação para usufruir das prerrogativas de uma instituição onde se desenvolvesse a pesquisa. Em uma passagem de discurso pronunciado em 1941 Azevedo admitiu que

da Faculdade a que tenho a honra de pertencer, arredaram-me de princípio, no ciclo inicial de sua pequena história, tanto o escrúpulo de tomar a um mestre estrangeiro na especialidade o lugar para o qual me acenara a generosa confiança de amigos, quanto o fato de estar então empenhado com todas as minhas forças na grande obra de organização de outro instituto universitário (AZEVEDO, 1947, p. 101).

Nesta passagem fica clara sua intenção de tornar-se o primeiro diretor da FFCL, o que não ocorreu devido à grandeza de seu caráter. Este foi um modo muito particular de contar a história da FFCL e sua ausência nela, não apenas como diretor mas também como professor. A história soou como resultado de seu desejo pessoal, de resto superior. No excerto seguinte sua presença foi atribuída aos resultados de uma ação *odiosa* que, ao encerrar o IEUSP, possibilitou que ele, Azevedo, fosse incorporado à FFCL. Poder-se-ia dizer que “o tiro saiu pela culatra”. Interessante notar que, nesse discurso, Azevedo pareceu não perder a oportunidade de marcar - para os inimigos - que sua ação redundara no fortalecimento dele mesmo, conduzindo-o ao cargo que sempre almejava.

Conclusões

Azevedo produziu o apagamento da memória acerca da formação superior do professor no Brasil ocultando informações precisas acerca do IEUSP. Contou sua história de modo confuso, inseguro, incompleto. A narrativa que desenvolveu nos escritos posteriores à sua criação e ao seu encerramento não permite que os leitores: a) conheçam o que foi efetivamente a experiência; b) possam estabelecer comparações de maior alcance entre essa experiência e as que se sucederam nos anos 40 e 60; c) possam discutir os vários projetos de formação do professor e criar um arsenal teórico que lhes possibilite compreender as terríveis alterações que tal formação vem sofrendo, especialmente na última década.

No relato de 1971 descreve a participação de Ademar de Barros no episódio: a Faculdade de Educação foi

criada em 1933, incorporada em 1934, e liquidada em 1937, no Governo de Ademar de Barros, por força da conspiração de rancorosos inimigos, apoiados pela cumplicidade de um Secretário irresponsável, que então respondia pelo expediente da Secretaria da Educação”. [...] A extinção foi festejada no gabinete do próprio Secretário (AZEVEDO, 1971, p. 122).

Na mesma obra, outra versão: nomeado em dezembro de 1937 Interventor de S. Paulo, Ademar de Barros inaugurou seu governo

extinguindo, em começos de 38, o Instituto de Educação da Universidade de S. Paulo. Eu era professor de Sociologia e diretor desse Instituto, que eu fundara em 1933 - a primeira Faculdade de Educação criada no país. Para esse decreto, ilegal e violento pela forma por que foi praticado, não ouvira a Congregação do Instituto nem havia auscultado o Conselho Universitário, que o aprovou, afinal acumpliciando-se com o Interventor, que, se pouco entendia de administração pública, ainda menos sabia de educação (AZEVEDO, 1971, p. 145).

Azevedo afirma ter aberto guerra contra o governo de tal modo que Ademar de Barros mandou chamá-lo para ouvir suas posições pessoalmente:

Minha reação contra o ato do interventor e minhas críticas, duras e veementes, a secretários do governo, como Mariano Wendel, devem ter calado na opinião do homem inexperiente que iniciava sua carreira política. [...] A impressão que me ficara [...] é de que reconhecia o grave erro, por ele praticado, de extinguir o Instituto de Educação (AZEVEDO, 1971, p. 146).

As conversações com Ademar de Barros deram-se em seguida à extinção do Instituto. Após isso, Azevedo assume seu posto de Catedrático na FFCL e em 1941 assume sua direção. Esse fato é fundamental para se entender a conduta do autor em relação ao Instituto. Em discurso no Automóvel Clube, para professores e alunos da Faculdade, em 1941, afirma com clareza, como já vimos, que ter sido indicado para a direção da Faculdade configurava-se como um ato de justiça, tardia, porém justiça. Novamente Azevedo deixa passar ilesa a existência do Instituto, negando-lhe o destaque histórico necessário. O IEUSP entra na narrativa de Azevedo de modo casual e quase sempre vinculado às qualidades da Faculdade de Filosofia (AZEVEDO, [1941] 1947).

Em sua biografia há indicativos de que ele recuara, já naquela época, de sua posição, abrindo possibilidades de negociação com um Estado que o havia derrubado momentos antes. Para que pudesse negociar pessoalmente sua posição política e intelectual foi necessário que construísse um processo de racionalização da extinção do IEUSP que lhe permitiu desculpar Ademar de Barros e o próprio governo federal, com quem, aliás, já vinha negociando a realização do Censo (TOLEDO, 1994).

O arrependimento de Ademar de Barros teria se confirmado 10 anos depois quando foi à casa de Azevedo e “mostrou-se sinceramente arrependido do ato que praticara, para servir afinal a interesses e paixões de desafetos meus” (AZEVEDO, 1971, p. 147). O desenlace dessa sucessão de pedidos de desculpas foi a nomeação de Azevedo para a Secretaria de Educação e Saúde Pública, em 1947, cargo que exerceu apenas cinco meses.

Se sua biografia traz sinais tão fortes, antes disso, em um texto de 1955, Azevedo simplesmente abre mão da idéia de criação de uma instituição específica para a formação superior do professor, advogando que isto vinha sendo bem feito pela Faculdade de Filosofia. O autor também abandona a idéia da formação superior ou universitária do professor primário, afirmando que mesmo em 1933 isso não acontecera (AZEVEDO, [1955] 1958).

O percurso realizado não possibilita uma apreensão mais acabada do IEUSP nem dos motivos que levaram o autor a elidi-lo de sua narrativa. Se considerarmos a assertiva já enunciada – a de que Azevedo é um relator de vitórias e não de derrotas – seria possível aventar a hipótese que essa elisão atenderia ao objetivo de obscurecer uma de suas derrotas mais duras, cujo verso e reverso seriam, de um lado, seu afastamento da FFCL e, de outro, a extinção do IEUSP. Pode-se aventar, ademais, que não tendo deglutido essa derrota, Azevedo não tenha querido evidenciar claramente os motivos políticos que a ela conduziram.

Com esses elementos pode-se repor as questões que deram origem às indagações iniciais da pesquisa: por que motivos Azevedo teria procedido de modo tão eficiente na elisão dos fatos que resultaram na extinção do IEUSP? Que razões explicariam a quase ausência, em sua narrativa, do Instituto? O que teria produzido as condições para que sua atuação gerasse a sonervação da memória da formação do professor?

Referências

A RECONSTRUÇÃO Educacional No Brasil. Ao povo e ao governo. *Manifesto dos pioneiros da educação nova*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

AZEVEDO, F. de. *As universidades no mundo de amanhã: seu sentido, sua missão e suas perspectivas atuais*. São Paulo: Nacional, 1947.

_____. *A educação e seus problemas*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

- AZEVEDO, F. *A educação na encruzilhada: problemas e discussões; inquérito para o “Estado de S.Paulo”*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, [1937], 1957.
- _____. *A educação entre dois mundos*. São Paulo: Melhoramentos, 1958a.
- _____. *A Sociologia no Brasil*. In: *Dicionário de Sociologia*. Porto Alegre: Globo. 1958e.
- _____. *A cultura brasileira*. 4.ed. Brasília: EDUNB, 1963.
- _____. *História de minha vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- EVANGELISTA, O. *A formação do professor em nível universitário: o Instituto de Educação da USP (1934-1938)*. 1997. Tese (Doutorado em Educação) - Pontífca Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP,
- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. *Revista de Educação*, São Paulo, v. 21/22, n.21/22, mar./jun.1936.
- PENNA, M. L. *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- TOLEDO, M. R. de A. *Fernando de Azevedo e “A Cultura Brasileira” ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura*. 1995. (Dissertação de Mestrado) Pontífca Universidade Católica de São Paulo PUC. .

Abstract:

Fernando de Azevedo created and has been the director of the Instituto de Educação, the first higher education school for the training of teachers in Brazil, in 1933. In 1938 the University of São Paulo absorbed the Institute and the process of preparing of teachers became institutionalized at university level. However, the reports left by the Director of the IEUSP do not tell the whole truth about this experience. The ensemble of historical data, the documentary corpus researched, points to the fact that while writing his memories and books Azevedo actually neglected important facts concerning the subject of training teachers at higher education level. This article aims to expose the ways by which the author operated this omission.

Keywords:

Fernando de Azevedo; Institute of Education; History of Education.

Resumen:

Fernando de Azevedo fue el creador y directivo de la primera escuela de preparación superior de maestros, en Brasil, en 1933, el Instituto de Educación. En 1938, fue incorporado a la Universidad de São Paulo y así fue institucionalizada la formación docente en la Universidad. Sin embargo, la memoria dejada por el Director del IEUSP, suprime cuestiones importantes sobre esa experiencia. El material histórico que compone el corpus documental de esa investigación indica que Azevedo, al registrar sus memorias y al escribir su obra, apagó de la Historia de la Educación datos importantes sobre la formación en el nivel universitario del profesor. El intento de este artículo es justamente exponer la manera por la cual el autor hizo esa omisión.

Palabras Claves:

Fernando de Azevedo; Instituto de Educación; História de la Educación.

Olinda Evangelista
Trav. Jasmin dos Poetas, 85 - Campeche
88.063-110- Florianópolis - SC
E-mai olinda@brasilnet.com.br

Recebido em: 09/11/2000
Aprovado em: 10/02/2001